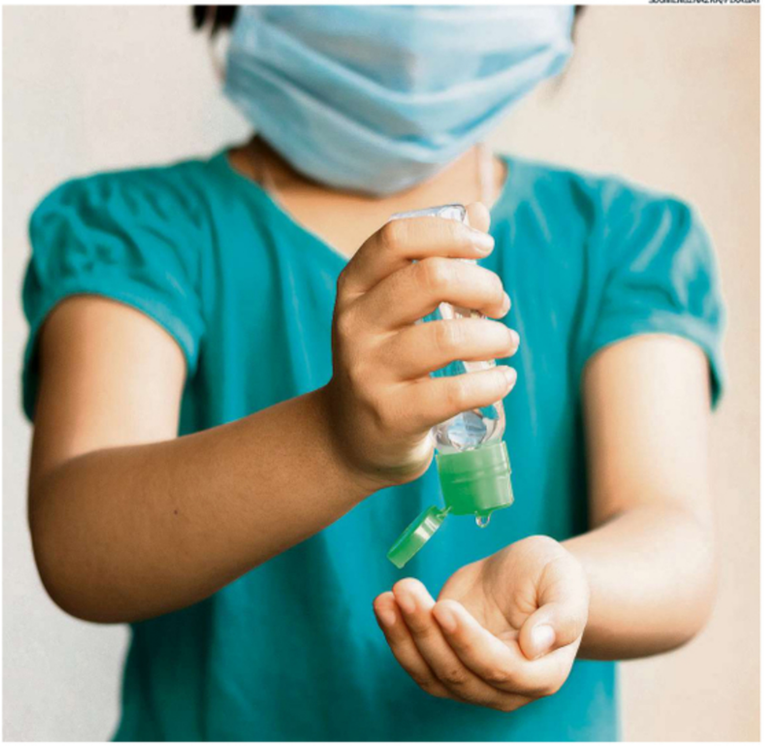

Omissão e descaso são agravados pela desconstrução de políticas sociais. Por ***Pedro Barbosa e Eduardo Barbosa***

Por uma aposta radical na saúde para o bem da sociedade

A esta altura, deveríamos estar escrevendo sobre a retomada de alguma "normalidade". Mas não é absurdo em 2021 essa continuada gravidade, apesar do início da vacinação. Em 2020, foram vários reveses causados pelo vírus, culminando com novos picos de casos e mortes. As recentes mutações assustam pesquisadores e governantes.

A pandemia segue a exigir respostas complexas e muitas ainda desconhecidas. Envolvem uma combinação de medidas de predição e vigilância epidemiológica, médico-hospitalares, sanitárias, tecnológicas, sociais e econômicas. Caracterização genômica incessante do vírus, testagem na ordem de milhões de cidadãos, oferta de vacinas em diversas bases tecnológicas, ampliação de milhares de UTIs, distanciamento social, novos mecanismos de proteção social e de postos de trabalho. E todas ainda limitadas na contenção da pandemia e suas consequências em inúmeras dimensões da vida humana.

O padrão epidemiológico da covid-19, seu recente recrudescimento e tendências incertas, assim como a perspectiva de surgimento de outras epidemias, indicam que tais medidas poderão ser adotadas novamente em grande escala, senão de forma permanente, ao menos de forma recorrente, exigindo novos arranjos institucionais.

No caso brasileiro, a omissão e o descaso no enfrentamento da pandemia são agravados pela desconstrução de políticas sociais, ambientais e tecnológicas, bem como pela contínua perda de dinamismo econômico, que em conjunto apontam para consequências trágicas. A covid-19 não é apenas uma pandemia, mas uma síndrome provocada por um padrão de exploração econômica insustentável.

O atual contexto e suas tendências impõem um novo arranjo que fortaleça o papel da saúde na sociedade. Mais do que um direito individual e coletivo, a saúde se prova a cada dia um setor econômico dinâmico e mobilizador de postos de trabalho qualificados, inovação e base produtiva. E deve ser entendida, portanto, também como linha-mestre de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Um primeiro passo no redesenho dos arranjos institucionais se deu durante as semanas iniciais da pandemia, quando a urgência em mitigar a mortalidade e preservar a renda das famílias tornou imperativa a adoção de pacotes fiscais. Corretamente, a criação de auxílio emergencial e créditos extras para o SUS tornaram secundária a preocupação com o déficit público. A pandemia impôs o fortalecimento de uma rede de proteção social, mas sua urgência já era há muito apontada por entidades como Banco Mundial e FMI, reconhecendo tal necessidade frente à acelerada transformação tecnológica e outras fontes de vulnerabilidade.

Adiante, numa perspectiva de queda significativa do número de casos e mortalidade, será possível implementar o gradual retorno das atividades e da dinâmica econômica. Em qualquer hipótese, porém, o cenário de baixo dinamismo da economia se tornará ainda mais desafiador para os trabalhadores e pequenos empreendedores, com a falência de muitos negócios e extinção de grande quantidade de postos de trabalho frente ao impulso da economia digital.

A elevada taxa de contágio do Sars-Cov 2 pôs em xeque sobretudo a iniquidade de acesso à infraestrutura social

A superação da pandemia exigirá a reconfiguração, e não a mera suspensão, dos mecanismos implementados na fase emergencial, mas orientados para a proteção social e requalificação dos trabalhadores e, preferencialmente, contrabalançados por uma tributação mais progressiva.

Sozinhos, no entanto, tais mecanismos fiscais de caráter compensatório terão efeitos limitados e decrescentes. Sua viabilidade política e econômica exige uma articulação com um segundo eixo de políticas públicas, focadas na promoção de dinamismo econômico para gerar empregos qualificados e suprir as carências tecnológicas para uma atenção plena à saúde.

A dificuldade em adquirir respiradores e outros insumos, além da clara dependência externa de vacinas, expôs uma fragilidade do sistema de saúde e uma lacuna injustificável na capacidade produtiva nacional. "SUS com pés de barro", assim Carlos Gadelha e José Gomes Temporão alertam para o déficit comercial do país em saúde, com dependências em praticamente todas as frentes, de medicamentos a equipamentos e materiais médico-hospitalares, além de pagamentos de royalties e serviços.

O desenvolvimento do Complexo da Saúde tem o duplo papel de vetor de crescimento econômico e pilar da saúde pública universal. Sem capacidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de testes, vacinas, equipamentos e profissionais qualificados, o atendimento aos cidadãos dependentes do SUS será comprometido, seguindo vulnerável em "tempos normais" e criando catástrofes sociais na pandemia, nos deixando de joelhos frente aos humores do fornecimento internacional.

Sem aportes expressivos e contínuos para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e produtivo nacional, seguiremos com "pés de barro". Apenas para as vacinas para covid-19 em 2021, estima-se que serão aplicados cerca de R$ 9 bilhões, a maior parte em compras internacionais, além de royalties anos à frente. Investimentos em P&D anos atrás, em valores inferiores, propiciariam uma vacina inteiramente nacional.

A elevada taxa de contágio do Sars-Cov 2 pôs também em xeque os padrões de transporte, habitação e lazer e, sobretudo, a iniquidade de acesso à infraestrutura social. Como já documentado e cada vez mais claro no Brasil, são os moradores de áreas desprovidas de infraestrutura urbana os mais contaminados e com maior taxa de mortalidade. No passado, epidemias foram decisivas para que as cidades investissem maciçamente em saneamento e incorporassem novos padrões urbanísticos e de serviços públicos.

Essa agenda compõe um terceiro eixo de políticas voltadas para a saúde pública e precisa ser urgentemente retomada e adaptada para as necessidades das periferias e comunidades vulneráveis. Impulsionar uma taxa de investimento deverá ser tratado como efeito secundário: o real propósito é viabilizar a atenção à saúde, o que exige lidar com os seus determinantes socioambientais.

A pandemia atual expôs a fase aguda e cruel de uma doença crônica com que convivemos: a profunda desigualdade social e o desfazimento dos mecanismos dinamizadores da economia e do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Garantir renda básica, reverter a desindustrialização precoce, viabilizar investimentos em educação, saúde e pesquisa científica ainda são tratados como concessões em prol de uma suposta eficiência econômica, quando são, em essência, objetivos primordiais de uma sociedade, tendo a saúde do planeta e dos indivíduos como condição central e razão de vida.

Pedro Ribeiro Barbosa é diretor do Instituto de Biologia Molecular do Paraná.
Eduardo Kaplan Barbosa é mestre em políticas públicas pela Harvard Kennedy School.